

## AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS PROGRAMAS E PARCERIAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

SOUZA, Antonio Carlos de – FIESI – [antoniocarlos@fiesi.com.br](mailto:antoniocarlos@fiesi.com.br)

**RESUMO:** A orientação das políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) impulsionada nos últimos anos privilegia o sistema de parcerias abdicando a União de promover e executar diretamente programas de EJA. Parcerias e convênios são firmados entre instituições da sociedade civil e agências governamentais. Compreende-se a atuação dos educadores como trabalho voluntário e que a ação educativa em EJA estaria na ação solidária do que no exercício docente profissionalizado regido pelas leis do trabalho e pelos direitos dos trabalhadores em educação. Mediante isso, as relações de trabalho dos educadores de Educação de Jovens e Adultos constituem-se em algo a ser investigado, no intuito de defini-las e analisá-las em suas concretas manifestações.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação de adultos, trabalhadores em educação, parcerias, direitos trabalhistas, direitos sociais

**ABSTRACT:** The orientation of the policies of Education, Youths and Adults (EJA) boosted in recent years favors the system of partnerships nil the Union to promote and implement programmes directly from EJA. Partnerships and agreements are signed between institutions of civil society and government agencies. It is the role of educators as volunteer work and that action would be educational in EJA solidarity in action than in the year teaching professional governed by the laws of work and for workers' rights in education. Through this, the employment relations of educators from the Youth and Adult Education are up to something being investigated in order to define them and examine them in their concrete manifestations.

**KEYWORDS:** adult education, workers in education, partnerships, labour rights, social rights

*“A tarefa de ensinar é uma tarefa profissional que, no entanto, exige amorosidade, criatividade, competência científica, mas recusa a estreiteza cientificista, que exige a capacidade de brigar pela liberdade sem a qual a própria tarefa fenece”.*

Paulo Freire – Professora Sim, Tia Não: cartas a quem ousa ensinar, 1993, p. 10.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta ao longo da história recente da educação brasileira uma trajetória que parte da transformação do MOBREAL em 1985 à extinção no início dos anos 90 da Fundação Educar que o sucedeu.

O afastamento do Estado da promoção e gestão direta de formas de atendimento na Educação de Jovens e Adultos se expressa, por um aspecto, a secundarização desse tipo de educação, por outro abre espaços que foram ocupados por ampla diversidade de programas, projetos e novos sujeitos dedicados à EJA possibilitando experimentos inovadores. Nesse sentido, consolidou-se a adoção de parcerias entre os poderes públicos e a Sociedade Civil representada por ONGs, universidades, associações

comunitárias, filantrópicas e sindicais, cuja motivação situa-se no desenvolvimento de projetos alternativos, coletivos e críticos na educação de adultos. Além disso, no período considerado, ampliou-se a pesquisa sobre a EJA, especialmente quanto aos processos de ensino, caracterização do público atendido, formação do educador, metodologias, etc. Há grande produção de relatórios de pesquisa, artigos, textos variados que, em contrapartida, apresentam inequívoco caráter de denúncia, especialmente à inadequação da atuação dos educadores de adultos e em relação às restrições financeiras e orçamentárias em EJA. A inadequação da atuação dos educadores de adultos é identificada à transposição da escola regular destinada às crianças para a educação de adultos mantendo-se um caráter compensatório que não favorece a constituição da educação de adultos como dimensão pedagógica exclusiva.

As restrições orçamentárias abordadas em variados estudos e pesquisas, como também em encontros, seminários e fóruns de educadores de adultos, remetem ao papel do Estado e ao seu poder regulador na concretização de Políticas Públicas favorecedoras da Educação de Jovens e Adultos. Apresenta-se, portanto, a compreensão da importância do Estado como fomentador direto de políticas de educação de adultos que favoreça o acesso aos educandos potenciais na EJA e promova a formação dos educadores e a formação na educação de adultos de todos os educadores, algo, de certa forma, contemplado pelas atuais Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. De outro, parcerias entre os diferentes tipos de associações e os poderes públicos, bem como entre as primeiras e setores empresariais, são valorizadas e, mesmo, antepostas ao exercício direto pelo Estado no fomento e gestão na educação de adultos, julgando-se que as ações não-estatais, *per si*, garantiriam de saída a autonomia e constituição da EJA como campo pedagógico próprio e qualificado.

Em relação aos educadores, estes são identificados por variadas formas e denominações que o vêem como agente cultural, agente sócio-político, fomentador de ações economicamente auto-sustentáveis, promotores de inclusão e uma gama variada de termos focados nas dimensões da prática docente. Estão ausentes, ou superficialmente indicadas, as relações de trabalho presentes nos programas e projetos em parceria com os poderes públicos, emergindo assim uma compreensão que, intencionalmente ou não, desfavorece a profissionalização do educador de adultos cuja atuação permanece compreendida nos limites da improvisação, do voluntariado e da doação.

Historicamente, programas de mobilização popular relativos à Educação de Jovens e Adultos tiveram dois momentos especialmente marcantes: a experiência inovadora de Paulo Freire no pré-64 e a sua administração à frente da Secretaria Municipal de Educação do Município de São Paulo na gestão Erundina com a criação em 1989 do Movimento de Alfabetização (MOVA). Situados em torno do conceito de *conscientização*, os educadores de EJA, a partir desses dois momentos (o segundo sob a influência do primeiro) tiveram conformadas a imagem de *trabalhadores sociais*, interessados na organização popular pela obtenção de seus direitos e na construção da transformação social. Em comum, os dois momentos citados expressaram a ascensão da mobilização popular, portanto, refletindo-se na reivindicação e concretização de políticas públicas de parcerias que atuassem no sentido da promoção política dos *oprimidos*. Decorridos os amplos processos de reestruturação do Estado numa perspectiva neoliberal, a educação de adultos e seus agentes mais conscientes viram-se a volta com o recuo das mobilizações populares e sindicais e à emergência de uma compreensão cotidiana e local dos processos educativos, lastreados em concepções das relações interpessoais como capazes de dar conta da totalidade do real, desprovidas de mediações necessárias que as relacionassem aos amplos processos em curso. Se em décadas anteriores supervalorizavam-se as abordagens sociológicas e políticas na educação de adultos, em detrimento de significativas dimensões existenciais dos educandos (RIBEIRO: 1999), estas na atualidade, muitas vezes, parecem ser as mais favorecidas, negando-se até aos amplos processos em curso na sociedade que não dependem das relações interpessoais para a sua concretização e trazendo uma educação focalizada no indivíduo como ponto de partida e chegada de todo o processo educativo. Assim, durante nosso contato com associações populares e educadores de adultos, percebemos a absorção de um discurso que se fortalece em outros campos educativos, além da sempre presente educação bancária no contexto de uma sociedade estruturada sobre a desigualdade social.

Durante os últimos cinco anos, atuei em um programa de parceria entre a Faculdade Santa Izildinha (FIESI) e entidades populares na capacitação de educadores de adultos na periferia leste da cidade de São Paulo. Mediante o convívio amigável estabelecido fui ganhando a confiança dos educadores e dos líderes das associações comunitárias e de bairro às quais pertenciam. Assim, pude compartilhar de suas esperanças e angústias, de seus esforços em superar limitações existentes e compreender contradições emergentes, se não na perspectiva de uma investigação científica, em

dimensões de relações pessoais, afetivas e de mútuo respeito construídas durante os anos que estivemos juntos.

Esse relacionamento surgiu a partir de um pedido de uma associação popular por auxílio na confecção de um projeto de Educação de Jovens e Adultos em 2003. Mediante os contatos estabelecidos, firmou-se a parceria entre a associação popular e a instituição de ensino superior justificada por esta como componente da missão da faculdade estabelecida em seu programa e projeto pedagógico.<sup>1</sup>

Nessa trajetória, aos poucos foram se dando a conhecer situações de ensino, modos de relacionamento nas associações e destas com os poderes públicos e com outras instituições mediadoras entre o Estado e as associações populares na organização de convênios e parcerias de educação de adultos. Incomodava-me as contradições presentes nos discursos dos educadores de EJA, em grande parte do MOVA, mas também, de outros programas como Brasil Alfabetizado, por exemplo, que, se expressavam, comumente, uma terminologia referenciada nas concepções freireanas, por inúmeras vezes, comunicavam idéias contrárias ao próprio corpo teórico que diziam abraçar. Além disso, se o discurso caminhava no sentido de uma prática libertadora, dialógica e calcada em valores coletivos, em outro sentido, ocorria a revelação de práticas pedagógicas mais afeitas a princípios que Paulo Freire denominou de *educação bancária*. Ressalve-se que não se tratou ou se trata de uma manifestação unívoca dos educadores, as expressões mencionadas convivem com concepções e práticas que tendem à inovação, assentadas na intencionalidade da promoção crítica dos educandos frente à realidade. Como também, o convívio permitiu identificar concepções ambíguas que os educadores traziam em si em um processo de intensa luta interna às suas individualidades. No conjunto via-me a volta com a inadequação dos educadores às exigências de uma prática libertadora de alfabetização de adultos.

Assim, procurei estabelecer um diálogo pelo qual as vivências cotidianas nas práticas de ensino se tornassem objeto de reflexão por todos os participantes das capacitações. Isso permitiu com que a minha presença deixasse de ser vista como intrusão ou como ouvi posteriormente de uma educadora: “*no começo a gente pensava: lá vem mais um dizer que tudo que a gente faz é errado*”. Com o tempo, o livre anúncio do que verdadeiramente pensavam os educadores se tornou corriqueiro, revelando-se um jogo que alguns educadores de adultos estabelecem com os orientadores, gestores e supervisores dos projetos e programas de que fazem parte. Orientações didático-pedagógicas são cotidianamente modificadas, adaptadas a compreensões preexistentes

que nem sempre são concordantes com os objetivos estabelecidos pelos programas e projetos, desvelando-se referenciais calcados em experiências escolares anteriores, na valorização do afetivo, mas em bases compensatórias e filantrópicas:

Certamente, essa assimilação da educação dos grupos populares à ação filantrópica é o arcabouço ideológico que sustenta as representações que infantilizam os educandos jovens e adultos. E reforçando representações como essas, que podem povoar tanto o imaginário dos educadores quanto dos educandos, temos no terreno da educação de jovens e adultos políticas de Estado que também concorrem para cristalizá-las. (RIBEIRO, 1999, p. 188).

Entenda-se que a principal diferença qualitativa entre os educandos e seus educadores, com os quais convivi, situa-se no terreno de uns serem alfabetizados e terem cumprido um processo de escolarização e outros não. Socialmente, educadores e educandos compartilhavam os mesmos valores, moravam nas mesmas condições, freqüentavam os mesmos ambientes, eram e são vizinhos, todos podendo ser enquadrados como membros das *classes populares*. Seus problemas eram e são os mesmos como desemprego, violência, conflitos familiares, ausência de oportunidades de lazer e cultura. No universo das relações estabelecidas a partir do local de moradia, definiam-se formas de convivência nos poucos espaços disponíveis como igrejas e associações comunitárias. Estas nem sempre *escolhiam* seus educadores de adultos por critérios objetivos lastreados em concepções críticas da realidade e de formação escolar mínima ou suficiente para o exercício de suas atribuições. Freqüentemente, ocorria uma mediação com outros aspectos afeitos à participação na política interna das associações ou em auxílio frente ao desemprego e outras dificuldades nas famílias. A inserção em projetos de educação de adultos sendo, tantas vezes, concretizados nos marcos da filantropia o que implicava em obstáculos, geralmente delimitados por incompreensões dos significados da educação de adultos e do ser educador, nas relações de alguns educadores com os demais, como também, com educandos. Assim, os efeitos de tais procedimentos acabavam incidindo sobre a Educação de Jovens e Adultos enquanto campo pedagógico próprio, distinto da educação das crianças ou da educação regular.

A constituição da Educação de Jovens e Adultos como campo pedagógico relaciona-se à profissionalização dos educadores, ao reconhecimento de que suas atividades devam ser profissionalizadas e concebidas como trabalho equidistante de ações voluntárias reforçadoras da filantropia, do compensatório e da improvisação. A concepção de voluntariado, tradicionalmente identificada à ajuda aos *pobres* e *carentes*,

ganha estatuto de inovação na medida em que a própria escola pública passa a ser objeto de ações voluntárias estimuladas pelo Estado e implementadas em grande parte pelo setor empresarial nos últimos anos, redimensionando a participação cidadã em marcos de caridade aos *desfavorecidos*.

Outro fato relevante em relação aos educadores é que constituíam quase uma totalidade feminina o que acabava favorecendo o surgimento do cuidar como algo mais próximo da maternagem que da reciprocidade.<sup>2</sup> Como também, a possibilidade de abrir uma sala de aula de EJA em suas residências abrandava negativas de alguns maridos, quando casadas, quanto ao trabalho feminino, pois a educadora *estava em casa* e assim, poderia manter as suas tarefas domésticas e ainda contribuir com a renda familiar. Muitas me revelaram que se não fosse nessas circunstâncias não poderiam trabalhar ou trabalhariam *escondido*, algo não incomum em bairros periféricos.

Com certa frequência, emergia a insatisfação dos educadores frente às orientações recebidas e, especialmente, com a remuneração e condições de seu trabalho tanto nos aspectos relativos ao processo de ensino-aprendizagem, quanto aos aspectos do processo de trabalho em si. Desse modo, envolvendo o reconhecimento *profissional* da atividade que exerciam como um trabalho, portanto, necessitando da implementação e preservação de direitos trabalhistas consagrados, notadamente, de vínculos empregatícios, férias remuneradas, décimo terceiro salário, etc.

O caráter de denúncia que os educadores perfaziam de sua atividade inquietava-me e assim, em busca de respostas, obtive consentimento para formar um grupo de pesquisa em Educação de Jovens e Adultos na FIESI, instituição em que trabalho. Necessitava de participar minhas dúvidas e interrogações, debatê-las e formular questionamentos ao que a realidade manifestava por meio da capacitação de educadores. A partir da proposta de pesquisarmos as relações de trabalho nos programas de parceria na educação de adultos, centrando nosso foco inicial no MOVA-SP, notadamente em relação às associações e entidades populares, comunitárias e filantrópicas da zona leste da cidade de São Paulo, constituiu-se um grupo de pesquisa orientado por mim. O grupo se formou com estudantes do curso de Pedagogia em um programa de iniciação científica sob a responsabilidade do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Assessoria (NUPEA) da Faculdade Santa Izildinha (FIESI). Partidário de que pesquisa se aprende pesquisando, mas também discutindo e buscando referenciais teóricos sólidos, bem como desenvolvendo conhecimentos sobre o campo pesquisado, motivei os estudantes à construção de instrumentos que possibilitassem uma sondagem junto aos educadores.

Assim, optamos por entrevistar aos educadores presentes no Fórum do MOVA em 24 de maio de 2007, Câmara Municipal da Cidade de São Paulo, cujos resultados seriam devolvidos e apresentados aos que se dispusessem responder ao questionário. Entrevistas<sup>3</sup> cujas respostas nos permitiram estabelecer alguns indicadores estatísticos daquilo que havia identificado anteriormente na capacitação dos educadores de EJA. Posteriormente, de posse dos resultados entrevistamos educadores organizados em associação popular articulada à Igreja Católica (2007) e dois supervisores da secretaria da educação do município que atuam na região leste da cidade de São Paulo (2008). Isso tudo não ocorreu sem dificuldades, certo temor por parte dos educadores acabou impedindo que a devolutiva pudesse se realizar a contento, recebemos negativas explícitas de que não queriam discutir formalmente os assuntos levantados, especialmente quanto aos convênios firmados com o poder público e às questões trabalhistas que os próprios educadores manifestavam. A experiência recente de extinção do MOVA nas gestões que sucederam ao governo Erundina e, mesmo após a retomada dos convênios na gestão Marta Suplicy, possivelmente, conduziram ao receio de represálias, contanto os supervisores entrevistados expressassem uma orientação não repressiva à supervisão das salas conveniadas. O temor existente anunciava às relações tensas, mesmo entre parceiros, que opõe as entidades civis e populares ao poder público municipal. Assim, confronta-se espontaneidade e autonomia com as atuais regulações governamentais indicando uma crescente aproximação da educação de adultos no MOVA às características da escola regular em prejuízo de seu caráter autodeterminante como o explicitado em documentos oficiais: *“O Projeto entende a educação como um processo através do qual as pessoas tornam-se cada vez mais plenas e, portanto, mais capazes de agir no mundo de forma crítica, rumo a uma sociedade mais justa, igualitária, solidária e democrática”*.<sup>4</sup>

Paulo Freire (1980, p. 169), comenta em **Pedagogia do Oprimido** que a insegurança é fruto da realidade opressora que a constitui. O maior temor por parte das associações e dos educadores acha-se na possibilidade de fechamento de salas de educação de adultos conveniadas como explicitadas na Subcláusula Terceira da **Portaria Intersecretarial 15/04 – SME** dispõe:

Verificado o descumprimento do limite da subcláusula anterior, após a emissão, em até 90 dias, de três pareceres consecutivos desfavoráveis, a classe será extinta e os educandos remanejados

Em entrevista aberta realizada com educadores e o presidente de uma associação popular conveniada ao MOVA, coletamos os seguintes depoimentos a partir de uma pergunta sobre as exigências para a manutenção de uma sala de educação de adultos no MOVA:

Coordenador: *“É assim, 20 inscritos e 12 participantes e aí, o supervisor vai fazer visita na minha sala e tem um número baixo de aluno, de repente aquela semana está chovendo, ou está frio ou teve algum incidente no bairro, não tem força na rua, eles não vêm, aí tem 7, 8 alunos... então, tem que ter o número mínimo de 10 alunos para que seja aceita essa justificativa, senão é dado desfavorável no mesmo dia da visita. Então, às vezes, a gente problema assim, de ter um número baixo de alunos, oito alunos, e aí não é aceita a justificativa, tem que ter um número de alunos em sala para que essa justificativa possa ser feita... Essa justificativa é levada para coordenação de educação e aí o supervisor de sala vai analisar pessoa por pessoa, caso por caso, se vai ser aceito, porque às vezes, têm problemas, de irem ao médico à noite, de passarem mal, problemas de saúde e não está frequentando a aula nesse período do dia da visita. Então, é por isso que eles levam e avaliam... se acharem que a justificativa é realmente legal, aí naquele mês é favorável à sala e aí recebe normalmente o convênio. E completando, se houver três desfavoráveis consecutivas é cortado o convênio daquela sala... Eu acho que é uma injustiça por conta que o trabalho está sendo desenvolvido independente do número de alunos que esteja em sala”.*

Educadora: *“O outro critério é o horário de aula, são 2h30 por dia, de 2ª a 5ª feira e às 6ª feiras, três horas de planejamento, formação, reunião pedagógica. Tem planilha de lista de presença dos alunos, ficha de descrição das atividades, ficha de presença do monitor, ficha de evasão e inclusão de alunos e ficha cadastral do aluno e se precisar, ficha de justificativa”.*

Coordenador: *“E a sondagem também, que isso é uma coisa recente que estamos fazendo, que é uma avaliação que está sendo feita em todas as salas do MOVA, uma sondagem em que nível está cada aluno.”*

Entrevistador: para todos ou vocês criaram aqui na associação?

Coordenador: *“Negativo. Isso firmado junto a Secretaria Municipal de Educação e consta da lei do MOVA”.*

Fica evidente a ênfase no controle burocrático administrativo das associações conveniadas, além da indubitável chegada ao MOVA de processos externos de avaliação como o encontrado no ensino regular, SAEB, ENADE, etc. Assim, por meio

de regulações, aproxima-se o modo de ser da escola formal ao MOVA, mesmo que os educadores ainda lutem por manter algo que identificam como mais autêntico. Quando inquiridos sobre as diferenças do MOVA e a da suplência, obtivemos as seguintes respostas:

Educadora (a): *“Acho que a diferença é que o EJA [suplência] é educação formal, é escola mesmo, instituição escola. No MOVA a gente é muito mais informal, né. Eu acho assim, o público até não é o mesmo, porque eu acho que vem para o MOVA aquele adulto que não iria para a escola por várias questões... de que a escola é uma coisa fechada, né, que você tem várias responsabilidades lá é... várias que são...”*

Educadora (b): *“... formais”*.

Educadora (a): *“... é. Formais, que são de burocracia que no MOVA aqui a gente não tem, então... acho que esse contato de professor/aluno que é da mesma região, da mesma comunidade, é uma coisa diferente”*.

Coordenador: *“é... uma das coisas que facilita o trabalho no MOVA é o horário, flexível de duas horas e meia que é diferente das quatro horas porque a gente trabalha com um público de pessoa. de idade, idosos que não conseguem ficar tanto tempo em sala de aula sentados e tudo o mais, por conta de vários problemas de saúde. Outra coisa também que diferencia da escola formal de EJA [suplência] são os espaços físicos, eles são espaços onde a escola não está, que é nas periferias, no meio de favelas, em morros, locais onde a escola não vai, o professor não vai. Então esse é uma das coisas também que diferencia do EJA [suplência]. Outra coisa é que a gente trabalha muito com temas geradores, temas que são trazidos por eles, temas que são ali do meio, da comunidade, realmente, problemas que estão acontecendo e dali a gente trabalha com as disciplinas, o português a matemática, com essas temáticas. Então, a gente trabalha em círculos..., na escola formal eles trabalham em carteiras uma atrás da outra, isso diminui até o nível de...”*

Educadora (a): *“... aproximação.”*

Coordenador: *“... de aproximação.”*

Educadora (a): *“de contato”*.

Coordenador: *“de integração entre os alunos e o educador, e aquela coisa também que a gente é uma via de duas mãos, a gente não só chega lá e só nós sabemos..., eles [educandos] sabem e trazem para nós também”*.

Por destacarem o processo de ensino, evidencia-se que às exigências burocratizantes, ainda que incômodas, não são refletidas em seus aspectos controladores

e estruturantes, situando-se a percepção no plano da resistência, mesmo que antevejam somente o MOVA dotado de qualidades, sobressaem respostas que caminham ideologicamente no sentido da constituição autônoma da educação de adultos como campo pedagógico. No fórum municipal de 2007 do MOVA, a mesma associação se fez representar por meio de seu presidente coordenador e de alguns educadores, destacando a articulação existente entre os educadores de diferentes associações populares:

Coordenador: *“A articulação se dá em vários encontros, principalmente da coordenação do fórum municipal, aqui em São Paulo, onde politicamente conseguimos em 2005 a lei feita pelo vereador Paulo Fiorino e com muita luta conseguimos a aprovação dessa lei. Hoje já temos um projeto de lei para melhorias do trabalho com benefícios que são dados na escola formal e nas salas de EJA [suplência], os benefícios são a merenda, bilhete único de estudante e outros benefícios que são dados para os alunos da rede”*.<sup>5</sup>

Uma das reivindicações estabelecidas no fórum de 2007 foi a de ensino superior aos educadores do MOVA, quando um educador argumentou a favor da busca pela elevação da escolaridade dos educadores:

*“Precisamos refletir sobre a educação continuada e curso superior. A continuada leva à situação em que estamos: remuneração inadequada. O curso superior leva ao reconhecimento da profissão”*

Paulo Freire (2007, p. 22) nos diz que:

O humanismo é um compromisso radical com o homem concreto. Compromisso que se orienta no sentido de transformação de qualquer situação objetiva na qual o homem concreto esteja sendo impedido de ser mais.

Os educadores querem e manifestam o legítimo direito a *serem mais*, mesmo que a formação superior *per si* não constitua a possibilidade de reconhecimento profissional, os educadores vêm refletindo a essa questão como condição pertinente aos seus afazeres e saberes. O fórum indicou as condições de vida, pensamento e identificação dos educadores do MOVA, que em parte confirmaram aquelas obtidas junto à parceria com as associações populares quando nos instigamos em iniciar uma reflexão pelo processo em curso.

A partir das entrevistas no fórum estabelecemos algumas indicações apresentadas a seguir:

Sobre a ação educativa no MOVA e o próprio trabalho, os educadores informaram que o mesmo:

É gratificante (30,2%), embora faltem meios adequados para exercê-lo, sendo que isso não invalida o compromisso de efetivá-lo (16,2%) devido a sua importância social (21%), sendo um meio de realização humana e política (14%). Portanto, mais de dois terços dos educadores (81,4%) manifestaram em suas representações idéias de pertencimento e de importância sobre o que fazem.

O sentimento de pertencimento pode ser encontrado no fato de que a maioria atuou no MOVA exclusivamente, ou seja, não trabalharam em outros programas de alfabetização de adultos (85,7%).

Em relação à situação socioeconômica, uma margem considerável dos educadores aparece como os únicos contribuintes da renda familiar (14,2%), que adicionados aos que são os principais contribuintes da renda familiar (43%), totalizam mais da metade dos educadores cujo trabalho e, conseqüentemente, a remuneração recebida na forma de ajuda de custo, constitui no núcleo familiar componente essencial para o suprimento das necessidades elementares de vida.

Contraditoriamente, somente um número mínimo dos educadores pesquisados (2,3%) atribuiu à atuação na Educação de Jovens e Adultos (MOVA) um meio de vida. A esse respeito podemos especular que apresentem uma concepção que entenda a atuação em EJA como forma de manterem-se, seja algo de menor valor, valorizando-se outros aspectos como os afetivos, políticos e ideológicos, apresentando-se termos expressivos de alfabetizar-se alguém como ato de promover a *cidadania* (30%) *incluir* (23%), *colaborar*, *realizar um sonho*, *ler o mundo*, *ensinar o código* (15%), *conscientizar*, *oportunizar*, *capacitar*, *dialogar*, *ter alegria*, etc., (8%). Nossa especulação ganha certa efetividade, na medida em que por nossa vivência de cinco anos com outros educadores de adultos, freqüentemente, ouvíamos expressões como a que se segue: “*não se pode falar o que é, tenho que falar que sou educador por amor, prá conscientizar o aluno, nunca por necessidade minha*” (educadora de adultos).

Além disso, no Fórum os educadores ali reunidos manifestaram o desejo de seu reconhecimento (produção pelos educadores de um livro sobre a História do MOVA) como meio de obstaculizar o sucateamento do programa com o fechamento das salas de aula conveniadas. Formularam a necessidade de seu reconhecimento como trabalhadores, algo expressado no desejo de formar uma associação representativa ou sindicato e realizar intercâmbios com outras instituições para *educar melhor*.

Não seria factível supor-se que os educadores presentes no fórum estivessem dentre os mais conscientes ou adequados à educação de adultos, mas a presença de lideranças do MOVA, possivelmente, expressava uma concepção em constituição dentre os educadores que não dissocia o ser trabalhador com o trabalho exercido. Assim, ser educador, professor ou qualquer outra denominação associa o trabalho feito, com as condições necessárias e o reconhecimento de sua profissionalidade, rompendo-se com o improvisado, o que criaria condições efetivas e materiais para a consecução de um campo próprio à educação de adultos.

A pesquisa em curso não nos permite conclusões, todavia, compartilhamos com os educadores de adultos do MOVA ou de quaisquer outros programas e projetos com o desejo de se obter mais e melhor de suas ações que, se contraditórias refletem as estruturas sociais e, ainda assim, são intensamente significativas para se romper com os limites antepostos à conquista da educação como componente essencial de uma sociedade de outro tipo.

### Referências bibliográficas

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

\_\_\_\_\_. Educação e mudança. São Paulo: 2007.

MASAGÃO, Vera Ribeiro. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. Educ. Soc. v.20 n. 68, Campinas, dez. 1999.

### Notas

<sup>1</sup> Preferimos não denominar explicitamente às associações e às pessoas citadas neste trabalho.

<sup>2</sup> V. texto de Vera Masagão Ribeiro indicado nas referências bibliográficas. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a10v2068.pdf>.

<sup>3</sup> Utilizou-se de um questionário fechado para entrevistarem-se setenta educadores. Por limitações de espaço optamos em não anexá-lo a este texto.

<sup>4</sup> **MOVA - MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**. Disponível em <http://educacao.prefeitura.sp.gov.br/webmodulesme/itemmenupaginaconteudousuarioaction.do?service=paginaitemmenuconteudodelegate&actiontype=mostrarsitepaginaavulsa&idpaginaitemmenuconteudo=597&idpaginaavulsapaginaaccessada=76>

<sup>5</sup> No momento, a pesquisa inicia a leitura e análise do projeto citado, por conta disso, não podemos comentá-lo em seus detalhes.